

História e Literatura: Algumas Considerações

Dr. Valdeci Rezende Borges
Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão
E-mail: valdeciborges@terra.com.br

RESUMO

Busca-se, neste texto, tecer algumas reflexões acerca da relação entre a história, como processo social e como disciplina, e a literatura, como uma forma de expressão artística da sociedade possuidora de historicidade e como fonte documental para a produção do conhecimento histórico. Apontam-se ainda algumas questões voltadas para a construção de uma metodologia de abordagem desse tipo específico de documento na pesquisa histórica.

Palavras-Chave: história, literatura, fonte documental, metodologia.

ABSTRACT

Seeks in this text to make some reflections on the relationship between history, as a social process and as a discipline, and literature as a form of artistic expression in society possessing historical and documentary source for the production of historical knowledge. It is pointed out a few issues facing for the construction of a methodological approach of this particular document in historical research.

Keywords: history, literature, documentary sources, methodology.

Partindo do pressuposto de que a história como conhecimento é sempre uma representação do passado e que toda fonte documental para produzir esse conhecimento também o é, procuraremos apresentar aqui algumas reflexões acerca das relações estabelecidas entre a história e a literatura e certas ponderações teóricas e metodológicas sobre as possibilidades de emprego das fontes literárias na pesquisa histórica.

Uma das vertentes da história cultural que tem recebido grande atenção no momento atual é aquela que se debruça sobre os diversos tipos de textos para pensar sua escrita, linguagem e leitura. Para Duby, a história cultural estuda, dentro de um contexto social, os "mecanismos de produção dos objetos culturais", entendidos em sentido amplo e não apenas obras, literárias ou não, reconhecidas ou obscuras, e autores canônicos. Ela enfoca os mecanismos de produção dos objetos culturais, como suas intencionalidades, a dimensão estética, a questão da

intertextualidade ou do diálogo que um texto estabelece com outro, dentre aspectos diversos, como seus mecanismos de recepção, a qual pode ser pensada como uma forma de produção de sentidos. Isto, porque, de acordo com Chartier (1990, p. 27), o termo “apropriação” é visto como “a maneira de usar os produtos culturais” e de “re-escritura”, que ocorre na diferença e nas transformações sofridas pelos textos quando adaptados às necessidades e expectativas do leitor.

Pensando que as narrativas, sejam históricas ou literárias, ou outras, constroem uma representação acerca da realidade, procura-se compreender a produção e a recepção dos textos, entendendo que a escrita, a linguagem e a leitura são indivisíveis e estão contidas no texto, que é uma instância intermediária entre o produtor e o receptor, articuladora da comunicação e da veiculação das representações. Desta forma, há uma tríade a considerar na elaboração do conhecimento histórico, composta pela escrita, o texto e a leitura. No que se refere à instância da escrita ou da produção do texto, o historiador volta-se para saber sobre quem fala, de onde fala e que linguagem usa. Já ao focar o texto em si, o que se fala e como se fala são questões indispensáveis. No trato da recepção, visa abordar a leitura de um determinado receptor/leitor ou de um grupo de receptores/leitores, tratando das expectativas de quem recebe o texto, de sua contemplação, ou seu enfrentamento ou resistência a ele (PESAVENTO, 2004, p. 69-70).

No entanto, independente do plano no qual se foca e do tipo de textos, as considerações de Le Goff (1990, p. 545), sobre o documento como monumento, “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que a detinham”, expressam a necessidade de realização de uma reflexão, por parte do historiador, sobre as condições históricas dessa produção, abarcando a figura do produtor, o lugar social de onde se produz, como se produz, as intenções do produtor, as relações de poder que cercam e atravessam a produção e o produto. Se todo documento é monumento, cabe ao historiador desvelar como foi construído, a linguagem utilizada, a finalidade da edificação e as suas intencionalidades.

Para Chartier (1990, p. 62-3), todo documento, seja ele literário ou de qualquer outro tipo, é representação do real que se apreende e não se pode desligar de sua realidade de texto construído pautado em regras próprias de produção inerentes a cada gênero de escrita, de testemunho que cria “um real” na própria “historicidade de sua produção e na intencionalidade da sua escrita”. Desta forma, todo tipo de texto possui uma linguagem específica, na qual foi produzido, própria de um segmento particular de produção, e esta ocorre considerando dadas regras peculiares ao meio intelectual de onde emerge, ao veículo em que será veiculada e ao público a que se destina.

Assim, contextualizar o texto com o qual se trabalha é indispensável para elucidar o lugar em que foi produzido, seu estilo, sua linguagem, a história do autor, a sociedade que envolve e penetra o escritor e seu texto. A época, a sociedade, o ambiente social e cultural, as instituições, os campos sociais, as redes que estabelece com outros textos, as regras de uma determinada prática discursiva ou literária, as características do gênero de escrita que se inscreve no texto, são questões que permeiam o texto escrito e constroem o autor de um texto, deixando nele suas marcas (BARROS, 2004, p. 137-8)

De tal maneira, as noções de leitura, linguagem, representação, prática, apropriação, intertextualidade, dialogismo, dentre outras, são importantes para esse campo do conhecimento histórico, que, segundo Chartier, “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler”. As representações do mundo social, como práticas intelectuais, dentre elas, as ficcionais, como as literárias, são sempre marcadas por múltiplos, complexos e diferenciados interesses sociais, sobretudo, aqueles dos grupos sociais que as forjam. Daí, ser necessário relacionar os discursos proferidos com a posição social de quem os produz e de quem os utiliza, visto que as percepções do social não são neutras; produzem e revelam estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade, uma hierarquia, um projeto, uma escolha (CHARTIER, 1990, p. 16-7, 28).

Para Bourdieu (1992, p. 183-202), autor que abriu o caminho para pensar as “práticas” na história e o consumo dos bens simbólicos, a noção de campo intelectual nos ajuda a elucidar a configuração e a historicidade da produção e da recepção da obra de um autor, suas ideias e formas estéticas postas em circulação e inseridas no interior de um sistema de relações socioculturais edificadas publicamente. Essa noção remete ao lugar de onde fala e em que se insere o autor, literato ou não, assim como outros escritores que o cercam; lugar circunscrito e estruturado ao redor das posições que esses produtores culturais ocupam na sociedade e no meio intelectual, no qual estabelecem relações entre si e com outros campos que constituem a vida social; lugar marcado pelos jogos de poder e vinculado com o campo político.

Portanto, o campo intelectual e cultural se apresenta como diversamente segmentado, delimitado por posições, hierarquias e disputas por lugares, prestígio e reconhecimento no interior de um grupo de agentes, bem como em relação a outros grupos, mediante a consideração de regras e instâncias legitimadoras específicas, socialmente construídas. Deste modo, esse conceito pressupõe a procura de conhecer as convenções estabelecidas pelos agentes e produtores intelectuais, as linguagens empregadas, as localizações e as diferentes posições por eles ocupadas e defendidas, hegemônicas ou não, tal como ainda as estratégias e jogos de cada segmento, as polêmicas e os rituais que criaram e implementaram num processo dinâmico de interdependências (BOURDIEU, 1992, p. 183-202).

Tais questões dizem respeito a aspectos elementares de nosso aparato básico de instrumentais de trabalho de investigação histórica. Assim, devemos ficar atentos aos mecanismos de funcionamento da comunicação, do pensamento, das variadas práticas socioculturais, das visões de mundo e das memórias. Os tipos de textos, a língua que falamos e na qual escrevemos, a linguagem praticada socialmente, que organizam a compreensão das experiências sociais, e a linguagem particular de uma produção, seja literária ou de outros objetos simbólicos, os quais representam tais experiências e formas de compreensão e interpretação dos seus significados e sentidos, requerem ser problematizados.

Essas dimensões são mediadoras das experiências e práticas sociais e possuem historicidade, não sendo fixas e estáveis, nem isoladas de outros campos sociais, afinal, “nenhuma ilha é uma ilha”, conforme Ginzburg (2004), ao abordar as trocas literárias entre as ilhas britânicas e o continente europeu, que foram marcantes na formação da literatura inglesa e na identidade de seu povo, visto que esta mantém relações, contatos e vínculos com outras línguas, linguagens, literaturas e culturas inseridos num regime de empréstimos diversos. A esta questão, dos diálogos e dos cruzamentos que os textos e autores estabelecem implicitamente com outros, que possibilitam ler em um os outros, a qual Ginzburg mostra-se atento e é tão característico da literatura, Kristeva (1988) denomina de intertextualidade.

No universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico.

A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir... Enquanto tal é registro e leitura, interpretação, do que existe e proposição do que pode existir, e aponta a historicidade das experiências de invenção e construção de uma sociedade com todo seu aparato mental e simbólico.

Sendo a literatura uma forma de ler, interpretar, dizer e representar o mundo e o tempo, possuindo regras próprias de produção e guardando modos peculiares de aproximação com o real, de criar um mundo possível por meio da narrativa, ela dialoga com a realidade a que refere de modos múltiplos, como a

confirmar o que existe ou propor algo novo, a negar o real ou reafirmá-lo, a ultrapassar o que há ou mantê-lo. Ela é uma reflexão sobre o que existe e projeção do que poderá vir a existir; registra e interpreta o presente, reconstrói o passado e inventa o futuro por meio de uma narrativa pautada no critério de ser verossímil, da estética clássica, ou nas notações da realidade para produzir uma ilusão de real. Como tal é uma prova, um registro, uma leitura das dimensões da experiência social e da invenção desse social, sendo fonte histórica das práticas sociais, de modo geral, e das práticas e fazeres literários em si mesmos, de forma particular.

Chartier considera que a distinção entre história e ficção, hoje em dia, tem se mostrado vacilante. Diferenciação que parece clara e resolvida, se aceitarmos que a primeira pretende realizar uma representação adequada do real que foi e não é mais, e a segunda, em todas as suas formas, “é um discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende abonar-se nele”. No entanto essa distinção tem sido ofuscada pela “evidenciação da força das representações do passado propostas pela literatura”, como do teatro dos séculos XVI e XVII, e do romance do século XIX, que se apoderaram do passado, deslocando para a ficção literária o registro de fatos e personagens históricos e colocando situações que foram reais ou apresentadas como tais. Além disso, a literatura se apropria não só do passado, como também de documentos e das técnicas da disciplina histórica, como o dispositivo de criar o “efeito de realidade”, abordado por Barthes, como uma modalidade da “ilusão referencial”, com a multiplicação de notações concretas destinadas a carregar a ficção de um peso de realidade (CHARTIER, 2009, p. 24-5, 27-8).

Portanto, é indispensável refletir sobre as características específicas das diversas formas de ficção, das relações particulares que o texto literário, o autor e a escola, a que se filiam, estabelecem com a realidade e definem a representação que dela edificam. As formas como autor, escola e gênero de texto literário concebem a produção artística devem ser buscada em seus caracteres próprios. O discurso literário manifesto em texto, expresso em prosa ou verso, envolve modalidades de narrativa com características próprias, inclusive, na sua forma de lidar, captar e tratar as questões propostas por uma sociedade e por um tempo, como o conto, a

crônica, a novela, o romance, a tragédia, a comédia ou o poema.

Essas narrativas, por sua vez, apresentam-se sob forma de vários gêneros, como o lírico, o épico e o drama, que são ainda marcados por correntes estéticas, que determinam tanto as relações da literatura com a realidade, quanto ao seu estatuto e função, como as escolas literárias. Nesse campo, não podemos perder de vista ainda os modos por meio dos quais o discurso literário se manifesta, como os tropos: a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia. Até mesmo no campo específico da narrativa historiográfica, podemos nos deparar com tais figuras da retórica e da poesia clássica como formas estruturais constituintes dos discursos em geral, como nos mostra a abordagem de White (1995).

Conforme Chartier (2002), ao tratar de um projeto de história literária, o qual oferece possibilidades para pensarmos como um historiador pode abordar a análise de textos literários na perspectiva da história sociocultural à maneira dos *Annales*, o objeto da história literária e da crítica textual “é o processo pelo qual leitores, espectadores ou ouvintes dão sentido aos textos dos quais se apropriam.”

Uma história da literatura é, pois, uma história das diferentes modalidades da apropriação dos textos. Ela deve considerar que o ‘mundo do texto’, usando os termos de Ricoeur, é um mundo de objetos e de *performances* cujos dispositivos e regras permitem e restringem a produção do sentido. Deve considerar paralelamente que ‘o mundo do leitor’ é sempre aquele da ‘comunidade de interpretação’ (segundo a expressão de Stanley Fish) à qual ele pertence e que é definida por um mesmo conjunto de competências, de normas, de usos e de interesses. O porquê da necessidade de uma dupla atenção: à materialidade dos textos, à corporalidade dos leitores (CHARTIER, 2002, p. 255, 257).

Essa definição de um projeto de história literária absorve um campo intelectual mais vasto, aquele dos estudos culturais, levando em conta que, em cada configuração social, certos discursos são designados pela distância dos discursos e práticas comuns e são produzidos e difundidos em espaços sociais específicos, que têm lugares e objetivos próprios e suas hierarquias. Assim, cabe à investigação histórica realizar uma historicização da especificidade da literatura, reconhecer as fronteiras diversas, conforme as épocas e lugares, entre o que é literatura e o que não é; atentar à variação dos critérios definidores da “literalidade” em diferentes períodos; desvelar os dispositivos que constituem os repertórios das obras canônicas; os traços deixados nas próprias obras pela

“economia da escritura” na qual foram produzidas (as diversas restrições exercidas sobre elas), ou as categorias que construíram a “instituição literária”, como as noções de autor, de obra, de livro, de escritura, de *copyright* etc. (CHARTIER, 2002, p. 258).

Para Pesavento (2004, p. 83), o historiador deve tomar a literatura a partir do tempo de sua escrita, do autor e da época em que foi produzida, tanto se o texto falar de sua época, de uma passada ou futura. Bosi (1992, p. 176) também chama nossa atenção para nos atermos à busca da compreensão mais do tempo em que a obra foi forjada do que aquele que por vez se refere. Candido (1985) aponta que a abordagem do texto literário deve articular tanto o intrínseco da obra, logo, seu conteúdo, que engloba suas temáticas, tramas e dimensões formais, estéticas, quanto o extrínseco, referindo-se ao contexto social e temporal em que foi escrita. No contexto do tempo e do lugar, no emaranhado das relações históricas, sociais e culturais, no qual o texto literário foi elaborado, ele revela sua estética, seu estilo, sua linguagem, sua escola ou movimento, seus significados, os quais são criações coletivas e possuem sentidos, aceitação ou rejeição, nesse ambiente e tempo.

Logo, utilizar a literatura como documento a para produção do conhecimento histórico requer também pensar sua estética, o cânone literário pertinente a esse tipo de escrita e que foi considerado para sua avaliação, pois o valor e a importância de um texto literário não são absolutos, podendo o historiador recorrer tanto aos escritores apreciados e reconhecidos como grandes pelo grupo de agentes intelectuais, quanto àqueles considerados como menores e medíocres. Reconhecer as regras e as convenções estabelecidas pelos agentes e produtores intelectuais, as quais são elementares no processo de reconhecimento do produtor e do produto, dando-lhes prestígio ou não dentro campo intelectual e da cultura, explicita o estatuto do texto e ilumina sobre as aproximações e os distanciamentos que estes possuem em relação à realidade a que se referem e representam (PESAVENTO, 2004, p. 84; BOURDIEU, 1992, p. 183-202).

Chartier (2002) pondera que a historicização da especificidade da literatura tem por corolário a interrogação sobre as relações que as obras mantêm com o mundo social, afastando-se da tentação, que foi grande entre os historiadores, de

reduzir os textos a um mero estatuto documental. Portanto, deve-se trabalhar sobre as variações entre as representações literárias e as realidades sociais que elas representam, deslocando-as sobre o registro da ficção e da fábula.

Variações entre a significação e a interpretação corretas, tais como a fixam a escritura, o comentário ou a censura, e as apropriações plurais que, sempre inventam, deslocam, subvertem. Variações, enfim, entre as diversas formas de inscrição, de transmissão e de recepção das obras (CHARTIER, 2002, p. 258-9).

Defendendo a construção de um novo espaço intelectual que obrigue a inscrever as obras nos sistemas de restrições que limitam, mas que também tornam possíveis sua produção e sua compreensão, Chartier argumenta:

Produzidas em uma ordem específica, as obras escapam dela e ganham existência sendo investidas pelas significações que lhe atribuem, por vezes na longa duração, seus diferentes públicos. Articular a diferença que funda (diversamente) a especificidade da literatura e as dependências (múltiplas) que a inscrevem no mundo social: esta é, a meu ver, a melhor formulação do necessário encontro entre a história da literatura e a história cultural (CHARTIER, 2002, p. 259).

A abordagem, contudo, deve buscar compreender como a recepção particular e inventiva de um leitor singular, de um ouvinte ou espectador, encerra-se numa série de determinações complexas e relacionadas – os efeitos de sentido visados pelos próprios dispositivos da escritura; os usos e apropriações impostos pelas formas de representação do texto; as competências, as categorias e as convenções que comandam a relação de cada comunidade com os diferentes discursos. Analisar em conjunto essas diferentes determinações e reintroduzir no questionamento a historicidade é voltar-se para a dimensão necessariamente “literária” de sua escritura (CHARTIER, 2002, p. 259).

O historiador, ao lidar com esse tipo de documento específico, precisa estar atento a essas dimensões da representação construída, observando como o literato alia as regras de escritas, as restrições, os critérios e as convenções, o estético e o criativo à elaboração de suas reflexões sobre a realidade que o cerca e aquela que representa. O conteúdo, como temas e questões abordadas e ainda como forma, requer ser problematizado e relacionado à dimensão temporal, buscando perceber o texto como campo de tensões e contradições (SANTOS, 2007, p. 96, 105).

Portanto, recorrer à literatura para a produção do conhecimento histórico

pressupõe uma reflexão sobre ela, problematizá-la e historicizá-la. Para Chalhoub e Pereira (1998, p.7),

a proposta é historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance -, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo.

Se todo documento, seja ele literário ou de fonte oficial, é uma construção que se pauta num sistema de regras próprias de escrita, peculiares a cada gênero de texto e específicas ao lugar socioprofissional de onde seu autor o produz, e é a partir daí que se cria um real em conformidade com a historicidade dessa produção e à intencionalidade dessa escrita, tanto o literato quanto a literatura, a linguagem e a sociedade, estão aprisionados nas teias da cultura e do tempo, ocorrendo entre tais instâncias influências recíprocas diversas.

As representações do mundo social, de uma realidade, tanto objetiva quanto subjetiva, de um tempo e lugar, resultam do entrecruzamento de aspectos individuais e coletivos. O literato não cria nada a partir do nada. Não se faz literatura sem contato com a sociedade, a cultura e a história. De acordo com Candido (1985, p. 24), a criatividade, a imaginação e a originalidade, partem das condições reais do tempo e do lugar, as quais, ressaltamos, podem ser concretas ou não, da existência social e de suas experiências. Para Davi (2007, p. 12), o literato insere-se na realidade sociocultural do tempo em que vive, do qual faz parte, com ela dialogando ao produzir sua representação, por meio de sua vivência, de seus interesses e projetos, mas não é simples refletor dos acontecimentos sociais; ele os transforma e combina, cria e devolve o produzido à sociedade.

A literatura, como testemunho histórico, é fruto de um processo social e apresenta propriedades específicas que precisam ser interrogadas e analisadas, como qualquer outro documento. Resta ao historiador descobrir, ponderar e detalhar sobre as condições de sua produção, as intenções do autor, a forma como ele realiza sua representação e a relação que esta estabelece com o real, as interpretações ou leituras que suscita sua intervenção como autor, as características específicas da obra e do escritor, da escola em que este concebe seu texto e em que estilo, inserindo-os num processo histórico determinado, em um

tempo e lugar, pois “são acontecimentos datados, historicamente condicionados, valem pelo que expressam aos contemporâneos” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 9).

Ginzburg, ao tratar da forma como a pesquisa histórica moderna se formou, seus procedimentos em relação aos modelos clássicos e as sugestões recolhidas de outros gêneros de produção e textos, dentre eles, os de ficção, na busca de se afirmar como modo de conhecer a realidade, mostra como a narração histórica estabelece relações com a literatura imaginativa, a grande prosa de ficção, inserido-as num regime de empréstimos e desafios entre si. Para ele, entre os testemunhos, narrativos ou não, e a realidade testemunhada, existe uma relação que deve ser repetidamente analisada pelo historiador e, entre as narrativas ficcionais e as históricas, há uma “contenda pela representação da realidade”, “um conflito feito de desafios, empréstimos recíprocos, hibridismos”, o qual deve ser examinado (GINZBURG, 2007, p. 8, 9).

Partindo das reflexões metodológicas de Bloch sobre os testemunhos voluntários e daquilo que neles interessava aos historiadores atuais, não os dados concretos, mas a mentalidade de quem os escreveu, a inteligência, na busca de fazer valer os testemunhos involuntários e o núcleo involuntário e, mais profundo, dos voluntários, Ginzburg contrapõe-se ao ataque realizado ao caráter referencial dos textos. Defende que “escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas”. Assim, nos romances medievais, podemos detectar usos e costumes, isolando, na ficção, fragmentos de verdade (GINZBURG, 2007, p. 10-2).

Com essa estratégia de leitura, não muito diferente da esboçada por Bloch, Auerbach analisou trechos de Voltaire e Stendhal, não como documentos históricos e na perspectiva de seus autores e suas intenções, mas como textos entranhados de história, dos quais utilizou os rastros deixados mais ou menos involuntariamente. “A ficção, alimentada pela história, torna-se matéria de reflexão histórica, ou ficcional, e assim por diante.” Ler os testemunhos históricos contra as intenções de quem os produziu, assim como os textos literários que pretendem se constituir numa realidade autônoma, significa supor que todo texto possui elementos

incontrolados, algo de opaco comparável às percepções que o olhar registra sem entender (GINZBURG, 2007, p. 12).

Dessa forma, devemos centrar atenção no funcionamento da linguagem literária, na pluralidade e na instabilidade do texto, na busca de recuperar os diferentes significados e as multiplicidades de sentidos, pois não há um sentido fixo, congelado, estabelecido da obra. Mas é fundamental evitar o caminho da crítica e da história literária tradicional, que buscava o sentido do texto em si e se distanciava da prática sócio-histórica. A ideia de um texto não fechado, da instabilidade de sentido, da pluralidade interna da linguagem, aponta que há textos abertos a reapropriações múltiplas, que permitem construções diversas de sentido. Esta questão não pode ser remetida unicamente aos aspectos fundamentais como as instituições, centros de ensino, livrarias, editoras, nem aos seus mecanismos de escolha e seleção, determinantes do ato de ignorar ou rejeitar um texto, próprios da construção do cânon em sua dimensão sócio-histórica. Deve-se analisar por que se estudam uns autores e outros não; por que há autores que são frequentemente encenados e outros abandonados; por que, nas estratégias dos editores de publicação, alguns textos são conservados e outros descartados. No entanto há uma dimensão que resiste a semelhante estudo que é algo próprio do funcionamento linguístico das obras, que permite ou que cancela as reapropriações em longa duração. O entrecruzamento dos enfoques sócio-históricos e das proposições estéticas ou formalistas é uma maneira também de evitar

um sociologismo redutor do processo de construção do cânon, pois essa visão remete à estrutura interna das obras e ao funcionamento da linguagem, e não unicamente ao dispositivos externos como a escola, a crítica literária, o mercado do livro, etc., que operaram para estabelecer esta seleção canônica (CHARTIER, 2001, p. 105-6).

Uma leitura entrecruzada pelos aspectos sócio-históricos e estéticos e a contrapelo, como Benjamim sugeriu, contra as intenções de quem produziu os textos (GINZBURG, 2007, p. 11), requer uma reflexão detida sobre as intencionalidades neles depositadas por seus autores. Só sabendo das intenções do autor podemos ler sua obra em sentido inverso ao que ele desejou. A literatura, como um registro social, uma reflexão e leitura sobre a cultura e suas questões,

uma agente que institui um imaginário e uma memória, um produto de criação que envolve memórias e a elas recorre como matéria ficcional, é permeada de intencionalidades. Ela detém um valor temporal, histórico, o qual se pode desvelar por meio um processo de historicização, ou seja, de sua inserção no tempo e na sociedade em que foi produzida, clareando a relação de trocas recíprocas, de contatos e interações entre essas dimensões, suas aproximações e seus distanciamentos internos e externos.

A literatura, como índice e instrumento das “relações de força” (GINZBURG, 2002) presentes numa sociedade, da maneira como seu autor se relaciona com elas e nelas se insere, como prática intelectual, constrói certa história da cultura e do social, institui uma memória em prejuízo de outras, podendo ser considerada como um dos “lugares de memória” de uma coletividade, pois, conforme Nora (1993, p. 9), a memória “se enraíza no concreto, no gesto, na imagem, no objeto”. Recorrer a esse tipo de documento possibilita-nos acessar um imaginário social, pensado tanto como qualquer coisa imaginada quanto como um conjunto de imagens variadas acerca da existência em sociedade, colhendo informações, muitas vezes, não encontradas em outras fontes ou perdidas por tantas, como aquelas referentes às formas de agir e comportar, de pensar e sonhar, de sentir e relacionar etc. próprias de um tempo, de um lugar e de um grupo social.

Meio a esse complexo caleidoscópio de imagens e representações, cabe-nos reunir e aproximar informações, às vezes, dispersas, fragmentadas e afastadas, interpondo-as e transpondo-as ao buscar inteirar-se de um mundo que foi e não é mais e as suas circunstancialidades, na procura de assimilar, digerir e interpretar os sinais que se dão a ler, com o objetivo de reconstruir uma paisagem cultural e atingir os significados tecidos e inscritos na cultura, tal como Geertz (1989) a define, como código público socialmente estabelecido.

No entanto lidar com as manifestações literárias, que sempre apresentam traços heterogêneos, caracteres múltiplos e contraditórios, exige um exame minucioso de cada autor e dos pormenores que particularizam cada obra. Assim, as proposições gerais devem dar lugar a estudos específicos, pois as reflexões teóricas, os estudos generalizantes não podem escapar do *status* de hipóteses a

serem testadas e da necessidade de examinar os casos particulares. Investigação para perceber as especificidades e rever leituras consagradas e consolidadas, que formam camadas sedimentares de cultura sobre um tema, autor e obra, não raro, marcadas por lacunas, distorções, subversões e reducionismos.

O historiador da cultura, conforme Paris (1988, p. 85), ao trabalhar com a documentação literária, depara-se com a questão de que quase nunca é o primeiro leitor do documento, tendo de abordá-lo em diálogo com uma escala, um sistema de referências, uma história literária, que já classificou, hierarquizou as escritas, as obras e os autores. História que, geralmente, realizou tais operações deixando lacunas, dilacerando os significados, deslocando e subvertendo as significações, cabendo a um novo olhar sobre estes criar novas imagens e inverter outras (GINZBURG, 2002, p. 115).

O distanciamento e o estranhamento, como formas de desvelar feições estranhas e opacas na leitura e tratamento de uma documentação já familiar, possibilitam retificar ideias, imagens e significados atribuídos, vistos como equívocos, afastando interpretações, por vezes, consideradas impróprias. Atentar às lacunas a serem decifradas e recorrer à postura de estranhamento como um procedimento cognitivo requer tentar apresentar as coisas como se vistas pela primeira vez e como meio e expediente para revelar feições distorcidas ou ocultas na leitura de uma documentação conhecida, abrindo caminhos para retificar interpretações e sentidos avaliados como impróprios, mesmo supondo os elementos incontrolados da obra e sua instabilidade, por distarem daquilo que a fonte apresenta e oferece (GINZBURG, 2001, p. 22, 32, 34, 41).

Se a literatura, como outros monumentos e arquivos humanos, guarda as questões de um tempo e as marcas de um povo e de um lugar, lidar com tais fontes requer a construção de instrumentos afinados capazes de lançar luz àquilo que traz em seu bojo. Se muitos de seus leitores realizaram leituras apressadas, estreitas e indevidas, às vezes, por não se deterem devidamente às fontes e aos seus delineamentos, deturpando traços, realçando uns e apagando outros com toques imperfeitos e produzindo corruptelas, torna-se necessário restaurar suas feições. Nessa busca de refazer o percurso interpretativo, cabe espiar as diversas

camadas de sedimentos e raspar as crostas de análises que lhe embotam a cor original ou desfiguram o desenho primitivo, fazendo aparecer os traços encobertos e as possíveis descontinuidades advindas das linhas que foram apagadas em muitas leituras anteriores, mas que podem ser recompostas, suprimindo lacunas e restabelecendo, em grande parte, os traços propostos pelo autor, ainda que para lê-los contra suas intenções.

Portanto, a literatura, seja ela expressa nos gêneros crônica, conto ou romance, apresenta-se como uma configuração poética do real, que também agrega o imaginado, impondo-se como uma categoria de fonte especial para a história cultural de uma sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especificidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Nacional, 1985.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (org.) *A história contada: capítulos de História social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7-13.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto

- Alegre, RS: Ed.Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DAVI, Tânia Nunes. *Subterrâneos do autoritarismo em Memórias do Cárcere* (de Graciliano Ramos e de Nelson Pereira dos Santos). Uberlândia: EDUFU, 2007.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- KRISTEVA, Julia. *Introdução à Semanálise*. São Paulo: Martins, 1988.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: EdUNICAMP, 1990.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PARIS, Robert. A imagem do operário no século XIX pelo espelho de um vaudeville. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 15, set.1987/ fev. 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SANTOS, Regma Maria dos. Crônica e história: realidade e ficção no discurso jornalístico. In: SERPA, Elio Cantalicio; MENEZES, Marcos Antonio (org.). *Escritas da história: narrativa, arte e nação*. Uberlândia: EDUFU,2007. p.95-110.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995.